

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho.  
O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.**

**Número e Título do GT:**

GT 06 - Subcontratación y organización de trabajadores precarios

**Título do trabalho :**

Desemprego e Trabalho Informal: Desigualdades Sociais

**Nome do autor:**

Myrian Matsuo

Doutora em Sociologia pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Pesquisadora da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, São Paulo

[myrianmatsuo@uol.com.br](mailto:myrianmatsuo@uol.com.br)

## DESEMPREGO E TRABALHO INFORMAL: DESIGUALDADES SOCIAIS

O objetivo principal da pesquisa é analisar a articulação do trabalho informal e sua importância no modo de produção capitalista. Tal entendimento possibilita combater as reais causas do desemprego, da informalidade e da desigualdade social e econômica. São analisadas as diferentes abordagens teóricas sobre o trabalho informal. É abordada a questão do papel do Estado em relação às desigualdades socioeconômicas e aos padrões de desenvolvimento capitalista. Faz-se uma análise dos direitos sociais e de cidadania dos trabalhadores no contexto da realidade brasileira. Diante da política neoliberal, a questão que se apresenta hoje está ligada, principalmente, à legitimidade e eficácia dos direitos. Com as grandes transformações econômicas, é necessário repensar políticas e conceitos que possam abranger as relações entre trabalho, direito e cidadania. Este estudo demonstra, a partir de método qualitativo e de análise de trajetórias ocupacionais, o processo de inserção e permanência de trabalhadores no mercado de trabalho informal; as formas de exploração, de violência, de dominação e de precarização do trabalho e suas consequências sobre as condições de saúde, trabalho e vida dos trabalhadores, a partir de quatro grupos abordados mais diretamente: *os vendedores ambulantes; os catadores de materiais de reciclagem; os colhedores de laranja; e os pescadores de lagosta.*

## **TÍTULO: Trabalho Informal e Desemprego: Desigualdades Sociais**

**JUSTIFICATIVA:** Essa pesquisa faz parte da tese de doutorado em Sociologia, defendida, em fevereiro de 2010, no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Sedi Hirano. A importância do estudo tem a ver com o aumento do desemprego devido à crise econômica mundial. Em, 2009, 212 milhões ficaram sem trabalho e 1,5 bilhão permaneceram em empregos precários e vulneráveis, na condição de trabalhadores familiares, por conta própria e autônomos (OIT, 2009). No Brasil, em 2002, 45,2% contribuíram para a Previdência Social. Muito mais preocupante é o fato de 54,8% da População Economicamente Ativa (PEA) no país não estar protegida. Os trabalhadores informais de baixa escolaridade, qualificação e renda vivem em situação de pobreza e desigualdade.

**OBJETIVOS:** O objetivo principal é analisar a articulação do trabalho informal e sua importância no modo de produção capitalista. Tal entendimento possibilita combater as reais causas do desemprego, da informalidade e da desigualdade social e econômica. Faz-se a crítica aos princípios do “empreendedorismo” e da “autonomia”, como alternativas ao desemprego.

**MARCO TEÓRICO:** São analisadas as diferentes abordagens teóricas sobre o trabalho informal, como a abordagem neoliberal e a estruturalista, a abordagem da economia popular; a abordagem do setor marginal; e a abordagem do desenvolvimento e do subdesenvolvimento capitalista. Os diversos enfoques se baseiam na literatura nacional e internacional sobre o tema do trabalho informal, levando-se em conta os principais autores que discutem a questão. É abordada a questão do papel do Estado em relação às desigualdades socioeconômicas e aos padrões de desenvolvimento capitalista. Faz-se uma análise dos direitos sociais e de cidadania dos trabalhadores no contexto da realidade brasileira. Diante da política neoliberal, a questão que se apresenta hoje está ligada, principalmente, à legitimidade e eficácia dos direitos. Com as grandes transformações econômicas, é necessário repensar políticas e conceitos que possam abranger as relações entre trabalho, direito e cidadania.

**METODOLOGIA:** Este estudo demonstra, a partir de uma abordagem etnográfica e de análise de trajetórias ocupacionais, o processo de inserção e permanência de trabalhadores no mercado de trabalho informal; as formas de exploração, dominação, violência e precarização do trabalho e suas consequências sobre as condições de saúde, trabalho e vida dos trabalhadores, a partir de quatro grupos abordados mais diretamente: *os vendedores ambulantes; os catadores de materiais de reciclagem; os colhedores de laranja; e os pescadores de lagosta*. A pesquisa revela as estratégias de resistência desenvolvidas pelos agentes informais no cotidiano de trabalho, bem como as formas de organização adotada por eles para tentar reverter a situação de pobreza e exploração.

**RESULTADOS:** Os trabalhadores autônomos e por conta-própria e as indústrias de reciclagem, de equipamentos eletrônico, de alimentos, de pescados, de sucos estão situados em pontas distintas da cadeia produtiva. As empresas se eximem de qualquer responsabilidade pela mão-de-obra daquele que fornece a matéria-prima para sua produção. Os trabalhadores informais não possuem qualquer vínculo de trabalho direto com as indústrias. São mão-de-obra barata, explorada e subcontratada, que se submete a condições de trabalho precárias para poder sobreviver. O fator mais agravante dessa situação é a ausência do vínculo empregatício formal com as empresas e, conseqüentemente, o não-reconhecimento dos direitos dos trabalhadores.

A maioria dos entrevistados em meu estudo prefere estar empregado, ser assalariado com carteira e usufruir dos direitos trabalhistas e previdenciários e dos benefícios que as empresas oferecem. A condição salarial é um sonho a ser conquistado, mesmo que as condições para atingir essa meta sejam precárias. Os trabalhadores informais não possuem um projeto coletivo, de longo prazo, de transformação da sociedade. Eles são imediatistas e querem um emprego para poder consumir e satisfazer suas necessidades de sobrevivência.

A rotatividade de trabalho ocorre entre ocupações informais e precárias. O subemprego provisório-permanente, a instabilidade no trabalho, a insegurança financeira, a pobreza e a ausência de direitos acabam sendo a dura realidade de milhões de brasileiros, tanto homens, quanto mulheres, idosos e jovens. O trabalho informal e suas consequências sobre a saúde dos trabalhadores, os acidentes de trabalho e as

doenças profissionais são motivos de preocupação de organizações nacionais e internacionais.

As políticas, nacionais e internacionais, de saúde e segurança na economia informal não conseguem mapear exatamente como vivem e trabalham esses sujeitos, que se encontram à margem dos direitos de cidadania. Meu estudo propôs compreender as trajetórias dos trabalhadores informais e suas condições de vida, trabalho e saúde, com o propósito de contribuir para a elaboração de políticas públicas voltadas a essa população. Um aspecto importante é pensar o tipo de inclusão que deve ser implementado em relação a essa população vulnerável. A proposta é que ocorra um processo de inclusão social em que a opinião dos sujeitos seja levada em consideração.

A inclusão social dos trabalhadores informais deve ser no trabalho decente - o que implica ter proteção legal, direitos trabalhistas e previdenciários, garantias de condições de saúde e de segurança no trabalho e respeito nas relações de trabalho. A dignidade do trabalhador deve ser respeitada, muito além das metas de produção e dos lucros das empresas e negócios em geral.

As várias formas de trabalho na informalidade, como o trabalho “autônomo”; o trabalho por conta-própria; o trabalho temporário; encobrem o caráter subordinado do trabalho informal aos setores dinâmicos da economia e, conseqüentemente, ao processo de acumulação capitalista. A falta de um contrato de trabalho, ou de um contrato que proteja totalmente o trabalhador, é considerada uma afronta à cidadania social. Sendo assim, o trabalhador informal deixa de ser visto como cidadão ou como sujeito de direitos.

Esse problema se torna importante na medida em que analisamos o tipo de economia, o modelo de desenvolvimento e o papel do Estado como responsável pelas políticas públicas de educação; de saúde; de emprego; e de segurança, entre outras medidas voltadas a esse segmento da população. Pensamos num modelo de desenvolvimento em que sejam considerados os interesses sociais e a defesa do meio ambiente. A prioridade devem ser os investimentos na educação, em primeiro lugar. Com uma educação de qualidade, podemos vislumbrar uma possibilidade de desenvolvimento com inclusão social. Os direitos de cidadania, nesse caso, se traduzem em ter acesso à educação, aos serviços de saúde, ao trabalho decente e à segurança, entre outras necessidades, para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Aparecida & TAVARES, Maria Augusta (2006). A DUPLA FACE DA INFORMALIDADE DO TRABALHO: “autonomia” ou “precarização”. IN: ANTUNES, Ricardo (organizador). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, Ricardo (2009). **Os dilemas do trabalho no limiar do século 21**. CULT, nº 139, Ano 12.

ANTUNES, Ricardo (1999). **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre (2003). Compreender. In: BOURDIEU, P; com contribuições de A. Accardo et. al. **A Miséria do mundo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p. 693.

CACCIAMALI, Maria Cristina (2000). Globalização e Processo de Informalidade. **Economia e Sociedade**. Campinas: Unicamp. I.E., nº 14, pp. 152-174, junho.

CASTEL, Robert (1998). **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, Editora Vozes.

CHESNAIS, François (1996). **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã Editora.

COMIN, Álvaro A. (2003). **Migrações entre formal e informal: um survey com trabalhadores**. Série Estudos e Pesquisas. Salvador – Bahia, volume 66, p. 63-78.

DUBAR, Claude (1998). Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação e Sociedade**, vol. 19, nº 62, Campinas; Apr..

ESTENSSORO, Luís (2003). **Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina**. Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

GUIMARÃES, Nadya Araújo e HIRATA, Helena (org.) (2006). **Desemprego. Trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo: Editora SENAC, São Paulo

GUIMARÃES, Nadya Araújo (2002). **Por uma Sociologia do Desemprego**. Revista Brasileira Ciências Sociais, n. 17, nº 50, São Paulo, outubro.

HIRANO, Sedi (2004). Capitalismos Mundiais, Desigualdade Social e a América Latina. **China em Estudo**, nº 6, (Publicação do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).

KOWARICK, Lúcio (1975). **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

LIMA, Jacob Carlos & CONSERVA, Marinalva de Sousa (2006). Redes Sociais e Mercado de Trabalho: entre o Formal e o Informal. **POLÍTICA e TRABALHO. Revista de Ciências Sociais**, nº 24 Abril, pp. 73-98.

LIMA, Jacob C. e Soares, Maria José Bezerra Soares. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, 37, jul-dez 2002.

LOWENSON, R. Health Impact of Occupational Risks in the Informal Sector in Zimbabwe (1998). **International Journal Environment and Occupational Health**, 4 (4): 264-274.

MALAGUTI, Manoel Luiz ( 2000). **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 173p.

MATSUO, Myrian (2006). Death from external causes – Recent evolution and the need for change of focus. **OSH & Development**, nº 8, Swedish Association for Occupational and Environmental health & Development (UFA) December.

MATSUO, Myrian (1997). **Acidentado do Trabalho: Reabilitação ou Exclusão?** Dissertação (Mestrado), Universidade de S. Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Pós-Graduação em Sociologia. Orientador: Prof. Dr. Sedi Hirano.

MATSUO, Myrian (1998). **Acidentado do Trabalho: Reabilitação e Exclusão?** Fundacentro/Ministério do Trabalho e Emprego.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)(2006). **ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília.

OLIVEIRA, Francisco de (2003). **Crítica da razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de (2005). **A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pos-Graduação em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

POCHMANN, Márcio (2001). **O Emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo Ed.

POCHMANN, Márcio( 2000). “O Excedente de mão-de-obra no Município de São Paulo”. In: **CUT, Mapa do Trabalho Informal do Município de São Paulo**. São Paulo, CUT, pp. 11-18.

PRANDI, José Reginaldo (1978). **O Trabalhador por conta própria sob o Capital**. São Paulo: Edições Símbolo.

QUIJANO, Aníbal (1998). **La Economía Popular y sus Caminos em América Latina**. Lima Mosca Azul.

QUINLAN, M; MAYHEW, C. & BOHLE, P. (2001). The global expansion of precarious employment, work disorganization, and consequences for occupational health: a review of recent research. **International Journal of Health Services**, 31: 335-413.

ROSEMBLUTH, Guillermo ( 1994). Informalidad y Pobreza em América Latina. **Revista de la CEPAL**, nº 52, abril.

TAVARES, Maria Augusta (2004). **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez.

TOKMAN, Victor E (2001). **De la informalidad a la modernidad**. Santiago, Oficina Internacional Del Trabajo, Organización Internacional Del Trabajo.